

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Dayvison Wilson Bento da Silva

**TROPES: APARELHO IDEOLÓGICO DO RACISMO INSTITUCIONAL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva Peixoto.

Juiz de Fora  
2018

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Dayvison Wilson Bento da Silva**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201772062A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Tropes: Aparelho Ideológico do Racismo Institucional**, desenvolvido durante o período de março de 2018 a agosto de 2018 sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva Peixoto, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Dayvison Wilson Bento da Silva

### Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# TROPES: APARELHO IDEOLÓGICO DO RACISMO INSTITUCIONAL

Dayvison Wilson Bento da Silva

## Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo traçar uma abordagem institucional sobre o racismo, de forma a analisar a relação entre repressão estatal direta e discurso ideológico de legitimação, utilizando os conceitos de "Aparelhos Ideológicos de Estado" e "Aparelho Repressivo de Estado", de Louis Althusser. Para tal abordagem, fez-se uso do termo *tropes*, analisando a forma como a violência estatal e exploração da população negra pelo capitalismo, como o encarceramento em massa e o genocídio, buscam legitimar-se através da construção de narrativas fixas e pejorativas sobre os negros que, através dos meios de comunicação em massa, influenciam o imaginário social, ocultando ou legitimando essa violência. Na primeira parte será abordada a relação entre racismo institucional e aparelhos ideológicos de Estado; na segunda, a conceituação de *tropes* e sua função ideológica; por fim, na terceira, uma análise sobre a aplicação dos *tropes* como aparelho ideológico ao longo dos séculos XX e XXI.

**Palavras-chave:** Racismo Institucional, Aparelhos Ideológicos, Mídia, *Tropes*, Capitalismo.

## Abstract:

The present work aims to outline an institutional approach on racism, analyzing the relationship between direct state repression and ideological discourse of legitimation, using the concepts of " Ideological Apparatus of State " and " Repressive Apparatus of State " from Louis Althusser. For this approach, the term *tropes* was used, analyzing how state violence and exploitation of the black population by capitalism, such as mass incarceration and genocide, seek to legitimize themselves through the construction of fixed and pejorative narratives about blacks which, through the mass media, influence the social imaginary, hiding or legitimizing this violence. In the first part, the relationship between institutional racism and ideological state apparatuses will be discussed; in the second one, the conceptualization of *tropes* and their ideological function; and in the third and final part, an analysis on the application of *tropes* as an ideological apparatus throughout the 20th and 21st centuries.

**Keywords:** Institutional Racism, Ideological Apparatus, Media, *Tropes*, Capitalism.

## 1. Introdução

O racismo institucional enquanto conceito foi definido em 1967 por Charles Hamilton e Stokely Carmichael, dois teóricos e ativistas do grupo norte-americano "Black Panther". Esse conceito tem grande importância teórica, uma vez que traça recortes de análise nesse grande todo definido como racismo. Este é separado por esses autores em *racismo interpessoal* e *racismo institucional*. O primeiro pode ser definido como aquele que tece e organiza racialmente as relações entre os indivíduos marcadas por agressões, explícitas ou simbólicas, conscientes ou inconscientes, destinadas a pessoas negras. O racismo institucional, contudo, ultrapassa as relações interpessoais e designa a forma como as instituições se articulam para a manutenção do racismo; portanto, o foco neste caso é sistêmico. Essa metodologia de análise sobre a questão racial abordada pelos autores, priorizando o institucional sobre o interpessoal, será apropriada nesse trabalho a fim de evitar uma redução da luta política contra o racismo ao âmbito interpessoal, o que comumente recai num atomismo individualista. Como consequência, isso concentra tanto o problema quanto a solução nos indivíduos, perdendo, assim, uma compreensão da totalidade da questão e da responsabilização das instituições burguesas pela manutenção do racismo.

“O racismo institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a

benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006 apud LÓPEZ, 2012, p. 128)”

Ademais, os meios de atuação do racismo institucional podem ser tanto as instituições públicas e estatais quanto as privadas. Ele pode atuar por meio da omissão, quando as instituições deixam de atuar a favor da melhoria da vida das pessoas negras – uma vez que a não atuação também designa um posicionamento político; e por meio da ação, quando as instituições são as agentes diretas do racismo, como nos exemplos da política de embranquecimento adotada pelo Estado na primeira metade do século XX, do racismo institucionalizado no meio policial, do encarceramento em massa, da construção de estereótipos racistas pela mídia, e do genocídio da população negra. Segundo Silvério, (2002, p. 225 apud LÓPEZ, 2012, p. 124):

“as classificações, embora importantes, não dão conta da dimensão objetiva que representou a presença do Estado na configuração sócio racial da força de trabalho no momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, nem da ausência de qualquer política pública voltada à população ex-escrava para integrá-la ao novo sistema produtivo. Daí poder afirmar que a presença do Estado foi decisiva na configuração de uma sociedade livre que se funda com profunda exclusão de alguns de seus segmentos, em especial da população negra.”

A partir disso, como forma de organizar a abordagem sobre o racismo institucional, serão utilizados dois conceitos centrais do pensamento de Louis Althusser: *o aparelho repressivo de Estado (ARE)* e *os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Antes, porém, faz-se necessária a análise do conceito de ideologia abordado pelo autor. Ao construir sua abordagem teórica, Althusser utiliza os conceitos marxianos de “infraestrutura” e “superestrutura”, sendo a ideologia produzida pelas instituições da superestrutura e tendo como fim a legitimação da infraestrutura, ao reproduzir as relações de produção. Além disso, o autor faz uma leitura materialista sobre o processo ideológico, uma vez que a ideologia não existe só no campo discursivo ou das ideias, mas também inscrita em práticas institucionais. De acordo com Albuquerque (1985, p. 8):

“Não é no campo das ideias que as ideologias existem e, portanto, não é aí que se encontra seu interesse teórico. As ideologias têm existência material, é nessa existência material que devem ser estudadas, e não enquanto ideias. O interesse do estudo das ideologias tem por referência a reprodução das relações de produção. Em suma, trata-se de estudar as ideologias como um conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção.”

Assim, o Estado atua por meio de aparelhos que possuem instituições materiais a fim de administrar o interesse central da ideologia dominante. *O aparelho repressivo de Estado (ARE)* garante as condições políticas da reprodução das relações de produção, atuando predominantemente através da violência e repressão, sem deixar, contudo, de possuir uma base ideológica de coesão, justificação e naturalização. Como exemplo do *ARE* se tem o governo (administração, exército, polícia, tribunais, prisões). Já os *aparelhos ideológicos de Estado (AIE)* garantem as condições ideológicas da reprodução das relações de produção, atuando predominantemente de forma ideológica. No entanto, quando não efetiva a sua função de convencimento, pode recorrer à violência. Como exemplos dos *AIE* se têm os aparelhos religioso, familiar, escolar, jurídico, político, sindical, da informação (imprensa, televisão, etc), e cultural.

Todavia, é preciso enfatizar que o uso de Althusser no presente trabalho se dará de forma restrita e pontual, ao se apreender da análise sobre o poder de Estado a partir de aparelhos ideológicos e repressivo e a teoria da ideologia. A influência de Foucault no pensamento althusseriano através do método de “descontinuidade” e da sucessão de epistemes, assim como a influência de Bachelard acerca da “ruptura epistemológica” são profundamente negadas na construção teórica desse artigo. A apropriação dos aparelhos althusserianos para a análise do racismo se dá, portanto, como um instrumento de análise que visa centralizar a problemática nas instituições materiais do Estado e suas articulações com o sistema econômico, afastando-se, assim, de uma análise interpessoal ou que dê uma concepção de um poder disperso na micropolítica, sem serem determinados economicamente.

Isso visto, nesse trabalho o racismo será analisado enquanto uma ideologia que atua por meio de instituições concretas que visam legitimar o caráter racializado da divisão social de classes e dos interesses econômicos das classes dominantes em sua manutenção. Logo, a tese central defendida será a de que o Estado burguês, ao mesmo tempo em que estrutura uma repressão contra a população negra – como o encarceramento em massa e o genocídio da população negra –, constrói no imaginário social uma representação ideológica sobre os negros, por meio dos aparelhos ideológicos, a fim de legitimar e naturalizar a violência e a exploração a qual são submetidos. Para isso, de forma a abordar o caráter institucional do racismo, será utilizado como recorte os aparelhos ideológicos de Estado, focando no AIE de informação com o intuito de mostrar a maneira como a mídia, através dos *tropes*, forja uma representação sobre os negros que é conveniente aos interesses econômicos da classe dominante.

“(…) embora a exploração de classe seja um componente do capitalismo, de uma forma que não se aplica às diferenças sexual e racial, o capitalismo submete todas as relações sociais às suas necessidades. Ele tem condição de cooptar e reforçar desigualdades e opressões que não criou e adaptá-las aos interesses da exploração de classe. (WOOD, 2003, p. 221)”

## 2. Tropes e sua formação ideológica

Após a introdução, na qual foi traçada a relação entre o racismo institucional e os aparelhos repressivo e ideológicos de Estado, é possível focar no próximo conceito central deste artigo: os *tropes*. Um *trope* é um mecanismo linguístico amplamente utilizado pelos meios de comunicação em massa, como filmes e novelas, que designa a descrição de um objeto sob uma significação que não lhe é própria, ultrapassando sua literalidade. Esse mecanismo, através da repetição, desenvolve narrativas fixas utilizadas amplamente por diversos programas, fazendo com que o público facilmente os reconheça. Essas narrativas podem ser tanto sobre a construção de um filme/novela, como o final feliz após momentos de conturbação, ou em personagens, criando tipos de personalidade padrão. Os *tropes*, assim, criam arquétipos profundamente disseminados no inconsciente coletivo, definindo e classificando o que algo é ou não, através de metáforas e alegorias. Sobre isso, discorre WHITE (2001, p.14):

“A palavra trópico, de tropo, deriva de tropikos, tropos, que no grego clássico significa ‘mudança de direção’, ‘desvio’, e na koiné ‘modo’ ou ‘maneira’. Ingressa nas línguas indo-europeias modernas por meio de tropus, que em latim clássico significava ‘metáfora’ ou ‘figura de linguagem’, e no latim tardio, em especial quando aplicada à teoria da música, ‘tom’ ou ‘compasso’. Todos esses sentidos, sedimentados na palavra trope, do inglês antigo, encerram a força do conceito expresso no inglês moderno pelo termo style, um conceito particularmente apropriado para o exame daquela forma de composição verbal que, a fim de diferenciá-la, de um lado, da demonstração lógica e, de outro, da pura ficção, chamamos pelo nome de discurso.”

Após descrever a origem etimológica da palavra, o autor apresenta a conceituação do termo:

“Para retóricos, gramáticos e teóricos da linguagem, os tropos são desvios do uso literal, convencional ou “próprio” da linguagem, guinadas na locução que não são sancionados pelo costume ou pela lógica. Os tropos geram figuras de linguagem ou pensamentos mediante a variação do que “normalmente” se espera deles e por meio das associações que estabelecem entre conceitos que habitualmente se supõe estarem ou não relacionados de maneiras diferentes da sugerida do tropo utilizado. (WHITE, 2001, p. 14)”

Após a apresentação do conceito de *tropes* abordado por Hayden White em *Trópicos do Discurso*, é de suma importância explicitar a intencionalidade e o recorte que foi feito desse termo pelo presente trabalho. Os *tropes*, como apresentado anteriormente, provêm do uso não convencional da linguagem, fazendo “com que uma palavra assuma uma significação que não é precisamente a significação própria dessa palavra”. (DU MARSAIS, 1757, p. 14) Diante disso, a formação dos *tropes* pode ser vista por alguns como um processo inevitável, uma vez que a linguagem nunca consegue atingir o “real” de seu significado e, assim, todo discurso sobre algo já é necessariamente uma representação. Essa argumentação,

entretanto, exige que uma distinção seja feita para que não se transforme em um discurso ideológico: existe, de fato, um nível "natural" e inevitável na produção de *tropes*, visto a relação entre significado e significante; mas existe um nível forjado socialmente com interesses políticos e econômicos, como no caso dos *tropes* produzidos pelo cinema e pela televisão. Segundo Shohat e Stam, (2006, p. 264) "em vez de refletir diretamente o real, ou mesmo refratar o real, o discurso artístico constitui a refração de uma refração, ou seja, uma versão mediada de um mundo sócio-ideológico que já é texto e discurso". Portanto, esse segundo nível não pode ser tratado como inevitável ou como uma relação espontânea entre o indivíduo e a linguagem. Este é o foco da análise, como meio de mostrar a reprodução de finalidades econômicas na produção de discursos tropológicos sobre negros por parte da mídia.

"Tais debates sobre o realismo e a acuidade não são triviais, como um certo tipo de pós-estruturalismo afirma. Espectadores (e críticos) insistem na ideia do realismo porque têm em vista a ideia de verdade, e questionam um filme a partir do seu conhecimento pessoal e cultural. Nenhum fervor desconstrucionista deve nos fazer renunciar ao direito de achar que certos filmes são falsos sociologicamente e perniciosos ideologicamente, e de ver O nascimento de uma nação, por exemplo, como um filme "objetivamente" racista. O fato de que filmes são representações não os impede de ter efeitos reais sobre o mundo: filmes racistas podem angariar adeptos para a Ku Klux Klan ou preparar terreno para políticas sociais retrógradas. Como assinala Stuart Hall, reconhecer a inevitabilidade da representação não significa que "não há nada em jogo". (SHOHAT; STAM, 2006, p. 262)"

Os *tropes*, dentro do recorte apresentado anteriormente, não podem ser definidos à priori dentro de um parâmetro moral como sendo bons ou ruins. Inicialmente, o efeito destes é a repetição contínua de imagens relacionadas a determinadas pessoas ou lugares, criando narrativas fixas que, inconscientemente, faz com que os indivíduos tomem como real a representação de algo. Esses padrões narrativos, apesar de simplificarem e tornarem estável algo que poderia apresentar múltiplos sentidos – substituindo a dialética das imagens por uma unidimensionalidade imagética –, não criam, necessariamente, uma consequência social negativa para quem é representado. Entretanto, quando se analisa minorias sociais em direitos, como a população negra, um conceito geral e à priori sobre o conteúdo dos *tropes* torna-se obsoleto. A forma como a Indústria Cultural constrói representações sobre os negros não se limita a padrões narrativos fixos, são construções predominantemente negativas, difundindo estereótipos sobre essa população com influências políticas graves. Logo, ao mudar o agente, se faz necessária, também, a mudança da forma de análise, com a exigência de um conceito que aborde tanto o caráter negativo das representações quanto o seu impacto social.

"A generalização simplista muitas vezes subjacente à crítica dos estereótipos apaga uma diferença crucial: os estereótipos de algumas comunidades apenas fazem o grupo-alvo se sentir desconfortável, mas a comunidade em questão tem poder social para combatê-los e resistir a eles, enquanto os estereótipos de outras comunidades fazem parte de políticas sociais preconceituosas e podem levar a práticas de violência que colocam em risco a própria vida do acusado. (...) a tendência da mídia de apresentar negros como delinquentes em potencial tem impacto direto sobre a vida das comunidades negras. (SHOHAT; STAM, 2006, p. 269-270)"

Sendo assim, a fim de justificar as ações do aparelho repressivo de Estado contra a população negra, os *tropes* fundam o que Stuart Hall (2016) designou como os "regimes racializados de representação" que, como efeito, "reduzem os negros a algumas características simplificadas, redutoras e essencializadas" (HALL, 2016, p.174). A construção de imagens tropológicas sobre os negros no imaginário social não é feita somente com a exposição do público a conteúdos negativos sobre negros, uma vez que a centralidade dos *tropes* não está no simples conteúdo, mas na repetição desses por meio das instituições concretas do aparelho ideológico de informação. A repetição, como tratado por Althusser (1985) ao referenciar Pascal, faz com que a ideologia se transforme em um hábito inconsciente, em um ritual: "Ajoelhai-vos, orai e acreditareis". (ALTHUSSER, 1985, p. 91) Os *tropes* não são transmitidos através do discurso manifesto da mídia, mas através de rituais imagéticos que fixam no inconsciente coletivo representações ideológicas sobre os negros. A mídia não precisa convencer conscientemente o público sobre o que os negros são, nem fazer com que as pessoas os odeiem ou sintam repulsa ao vê-los, pode inclusive liberar cinicamente o seu discurso manifesto para campanhas antirracistas, uma vez que sabe

que a efetividade não está no consciente nem no conteúdo, mas no inconsciente e na repetição. Portanto, “esse padrão de discriminação reflete processos de pensamento automáticos e inconscientes, não deliberações cuidadosas” (ALEXANDER, 2017, p. 169). Sendo assim, o discurso explicitado pela mídia se mostra extremamente fluido e aberto às novas demandas por representatividade exigidas por movimentos sociais, sem que, contudo, sua capacidade de manipulação seja reduzida: basta que a prática dos rituais imagéticos permaneça.

Para fundamentar a parte seguinte do trabalho, que tratará do caráter ideológico dos tropes, é precisa uma breve conceituação de ideologia. A ideologia pode possuir dois sentidos: um amplo e um restrito. Em seu sentido amplo, tem um caráter descritivo e neutro, que diz respeito a uma visão de mundo, um conjunto de ideias, valores e opiniões minimamente organizados. Neste caso, portanto, não se entra no mérito de se essa é uma visão de mundo verdadeira ou falsa, se distorce ou não a realidade. Por outro lado, há o sentido restrito, que será aplicado ao longo de todo o trabalho. Este advém da tradição marxista e possui um caráter analítico e crítico/negativo. A ideologia, nesse sentido, pode ser definida como:

“um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que e como devem pensar, valorizar, sentir e fazer. Essa tem a função de dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes, de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificados de todos e para todos, como por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, Igualdade, a Nação, ou o Estado.” (CHAUÍ, 1981, p. 113-14)

Para além disso, a ideologia em seu sentido restrito possui algumas características de identificação, como tratado por Chauí (1981). Essas características são a naturalização, por meio da qual é considerado “natural” o que é produto da ação humana; a universalização, por meio da qual os valores da classe dominante são estendidos à classe dominada; a abstração, a partir da utilização de ideias abstratas (nação, povo) para não considerar a situação histórica concreta; o discurso lacunar, no qual existe o ocultamento de algo (concreto) que desmascararia a ideologia (essa, portanto, não se apresenta só no discurso manifesto, mas naquilo que deixa de ser dito); e, por último, a inversão, através da qual se inverte causa/efeito, teoria/prática.

Frederic Jameson (1997), em “O pós-modernismo e o mercado”, retoma o conceito de ideologia em Marx (2011) nos escritos dos “Grundrisse”. A partir disso, o autor analisa o conceito de ideologia numa abordagem que se opõe à visão de separação entre ideologia e realidade. Pela ótica desta visão criticada por ele, a ideologia seria apenas um apêndice do mercado, constituída por ideias ou representações abstratas fixadas na superestrutura, e poderia ser removida de uma análise dos fenômenos econômicos. Isso significa, em outras palavras, que o autor critica a falta de uma relação dialética entre infraestrutura e superestrutura, uma vez que, apesar da segunda ser condicionada à primeira, há um movimento de retorno e influência – como apresentado por Althusser.

Logo, Jameson defende uma semi-autonomia da ideologia: esta, apesar de ser criada pela realidade, não é somente seu espelho subjetivo e ideal, uma vez que ganha autonomia e retorna sobre a realidade, influenciando-a. Ou seja, a ideologia é um produto da realidade, como mostrado em Marx, e também uma legitimadora da realidade, já que retorna reconfigurando-a. Por isso, a ideologia não pode ser vista como uma compreensão maquiavélica da realidade, mas como a expressão desta de forma distorcida. Marx, em “Grundrisse”, faz uma leitura hegeliana da ideologia, analisando que, enquanto aparência da realidade, ela é objetiva, então reflete uma verdade objetiva da realidade. Com isso, quando alguém acredita no individualismo, o faz porque a realidade material é de fato individualista, sendo essa compreensão proveniente da estruturação do mercado e das relações sociais. Logo, a problemática da ideologia está não num rompimento total com a realidade, mas numa fidelidade extremada à aparência da realidade. Esta, segundo Hegel, é um dado que esconde algo maior, de maneira que é necessária uma crítica à forma imediata como a realidade se apresenta e realizar uma digressão analítica que busque o que ela é a partir do que se oculta nessa aparência.

Desse modo, a ideologia não pode ser tratada como uma mentira absoluta uma vez que essa é formada a partir das relações históricas e sociais. Segundo Meszáros (2004, p. 23):

[a ideologia] é insuperável nas sociedades de classe. Sua persistência obstinada se deve ao fato de ela se constituir objetivamente (...) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos.”

Dessa maneira, é na centralidade da repetição que se estrutura o papel ideológico dos *tropes*. As condições materiais e históricas, sob as quais deveriam se fundar as imagens, são substituídas por padrões narrativos fixos e abstratos que geram a universalização de representações, limitando as múltiplas características e diferenças entre as pessoas negras a “prisões de imagens” (WALKER, 1989). Segundo Stuart Hall, “a 'naturalização' é, portanto, uma estratégia representacional que visa fixar a 'diferença' e, assim, ancorá-la para sempre. É uma tentativa de deter o inevitável 'deslizar' do significado para assegurar o 'fechamento' discursivo ou ideológico” (2016, p.171). Um exemplo desse processo é dado por Shohat e Stam (2006, p. 201) ao explicarem o “tropa de animalização” utilizado no período colonial:

“O processo de animalização faz parte do mecanismo mais amplo e difuso da naturalização, ou seja, a redução do elemento cultural ao biológico, associando assim o colonizado a fatores vegetativos e instintivos em vez de associá-lo a aspectos culturais e intelectuais.”

Diante dessas narrativas, é possível perceber o caráter totalizador da mídia enquanto um aparelho ideológico de informação. Herbert Marcuse (2015), em *O Homem Unidimensional*, teoriza que uma das características de uma sociedade unidimensional, na qual os elementos de oposição convertem-se em formas de afirmação, é a criação de uma linguagem unidimensional, através do mecanismo de “operalização da linguagem”. Nesta, um conceito se transforma em palavra e, como consequência, os múltiplos sentidos que ele poderia ter se reduzem a uma forma fixa que opera de acordo com os interesses ideológicos de quem produz seu sentido.

“O fato de um nome específico ser quase sempre ligado mesmos adjetivos e atributos “explicatórios” transforma a sentença em uma fórmula hipnótica que, repetida infinitamente, fixa o significado na mente do receptor. Ele não pensa em explicações essencialmente diferentes (e possivelmente verdadeiras) do substantivo. (...) Elas têm em comum um encurtamento e um abreviamento da sintaxe que cortam o desenvolvimento do significado ao criar imagens fixadas que se impõem com uma concretude opressiva e petrificada. (...) Espera-se do leitor ou ouvinte associá-las (e de fato as associa) a uma estrutura fixa de instituições, atitudes, aspirações, e espera-se que ele reaja de maneira fixa e específica.” (MARCUSE, 2015, p. 112-113)

Assim, a representação tropológica sobre negros na mídia tem dupla função. A primeira, externa, gera um consentimento público que oculta ou legitima tanto a violência estatal contra negros e quanto o posicionamento de classe em que se encontram. Com isso, faz com que a atitude repressiva do Estado seja vista como uma resposta necessária de manutenção da ordem contra o “perigo negro” (sem precisar explicitar esse discurso, construindo associações pela repetição). Nesse contexto, uma estratégia é, por exemplo, fazer com que os dados estatísticos, como o aumento do encarceramento e do genocídio da população negra, sejam vistos como uma consequência natural da maneira como ela se porta. Isto é, a imagem sobre negros na mídia é construída de forma condizente à violência que sofrem, fazendo com que essa seja vista como legítima – o que gera, inclusive, apoio e incentivo. Já a segunda função, interna, gera o “assujeitamento” (ALTHUSSER, 1985) das próprias pessoas negras, uma vez que estas também sofrem influência da imagem midiática construída sobre elas e chegam, até mesmo, a acreditar nessas imagens. Isso faz com que a população negra se reconheça em seu papel social de classe e veja sua situação como algo possível de ser resolvido através de determinações individuais e meritocráticas (o que impede que tal população veja a divisão de classes como uma imposição estrutural). Logo, tal divisão, que no país é definida por uma clivagem racial, é naturalizada – tanto interna quanto externamente – por meio da utilização dos *tropes*. Estes, por sua vez, são usados como um instrumento de legitimação que reitere os papéis de classe e desvie os conflitos gerados pelas desigualdades na produção do capital para as próprias vítimas desse processo.



### 3. Aplicação dos tropes

No século XIX, influenciados pelo darwinismo social e pelas teorias racialistas, os aparelhos ideológicos utilizados pelo poder econômico da época, como a literatura e a ciência, trabalhavam por meio de discursos explícitos que relacionavam características fenotípicas a comportamentos sociais. Um exemplo é a antropologia criminal de Cesare Lombroso, que afirma a possível previsão de um crime antes que o mesmo aconteça, através da catalogação do perfil dos criminosos – sendo o fator “negro” o principal para esse reconhecimento. Após a Segunda Guerra Mundial, com as graves consequências do nazismo, ocorre uma mudança na postura da ciência com a passagem para a repressão dos discursos que a própria anteriormente criara. Entretanto, essa passagem entre a produção do racismo científico e sua posterior proibição não pode ser vista somente como uma ruptura. Isso, em primeiro lugar, porque esses discursos foram difundidos da metade do século XIX até a metade do século XX, e sua eliminação formal não garante a superação da sua influência no imaginário social do Ocidente. Em segundo lugar, a produção do racismo não é eliminada, mas sofisticada através de um novo aparelho ideológico central para o capitalismo no século XX e XXI – a Indústria Cultural. Este novo aparelho, através dos meios de comunicação em massa (como o cinema e a televisão), age com uma nova estratégia ideológica, proveniente da propaganda e das relações públicas, que percebe que o apelo ao inconsciente é mais efetivo que ao consciente do telespectador. Para Gregolin (2003, p. 96), “a mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, sínteses-narrativas de representações que constituem o imaginário social”. Sendo assim, a mídia não precisa de um discurso manifesto que afirme que o negro é algo, como feito pelo racismo científico, podendo inclusive se portar contrária ao racismo. Basta somente a repetição incessante de narrativas que associem as pessoas negras à determinadas características e, a partir disso, a criação de *tropes* que afirmem à sua audiência o que os negros supostamente são, sem precisar utilizar uma única palavra.

“Há certas palavras cifradas que permitem que você nunca diga “raça”, mas, ainda assim, todos compreendam o que você quer dizer, e “crime” é uma delas [...]. Então, quando falamos a respeito de aprisionar mais e mais pessoas, na verdade nós estamos falando de aprisionar mais e mais homens negros.” (SZYKOWNY, 1994 apud ALEXANDER, 2017, p.167)

Por tudo isso, diferentemente dos outros aparelhos ideológicos aqui citados, a Indústria Cultural não foi apropriada pelo capitalismo em algum momento de seu trajeto; ela é criação desse mesmo sistema. Disso decorre que ela precisa ser analisada dentro do contexto do capitalismo do século XX. Existia, anteriormente, como tratado por Adorno (1995), uma oposição entre trabalho e tempo livre, com o primeiro sendo visto como um período controlado no qual seu tempo e forma de trabalho não lhe pertence e, o segundo, ao contrário, visto como um tempo “liberado” do trabalho, no qual se realizaria o lazer e vivenciaria os bens culturais. Houve no século XX um intenso desenvolvimento das forças produtivas e crescimento da oferta de produtos, o que gerou não somente a necessidade da apropriação da mais-valia relativa do trabalhador, mas também de sua mais-valia ideológica (SILVA, 2013) – que se deu através do controle do tempo livre como forma de produzir a demanda e de conformar os trabalhadores. A Indústria Cultural nasce, pois, com essa função de controlar industrialmente o tempo livre, rompendo a anterior separação entre trabalho e tempo livre ao reduzir a cultura e o lazer à mercadoria. Esse tempo liberado é, portanto, transformado na continuação da esfera produtiva. Segundo Ludovico Silva (2013, p. 150):

“(…) nossa hipótese consiste em perguntar-nos se não é possível, levando em conta a afirmação de Marx de que as relações de produção se reproduzem no plano da ideologia, pensar que, assim como na oficina da produção material capitalista se produz como ingrediente específico a mais-valia, assim também na oficina da produção espiritual no capitalismo se produz uma mais-valia ideológica cuja finalidade é fortalecer e enriquecer o capital ideológico do capitalismo; capital que, por sua vez, tem como finalidade proteger e preservar o capital material.”

Além disso, no quesito estético desse processo, a Indústria Cultural (ADORNO, 2002) concilia arte e vida, o que rompe a possibilidade de uma “arte séria” com um fim em si mesma (tendo como características uma obra pensada em unidade e com todos os seus detalhes tendo importância), já que a arte perdeu sua autonomia e foi submetida às demandas mercadológicas. Sendo assim, na arte industrial,

a ideia e a novidade são submetidas ao efeito, à totalidade, à fórmula e à harmonia, logo, a repetição das grandes estruturas fixas criadas pela Indústria Cultural se sobrepõe aos detalhes. Assim, a superfície da narrativa sofre mudanças enquanto sua base comum permanece a mesma, o que torna os filmes facilmente assimiláveis, uma vez que são prolongamentos das estruturas da vida. Como mostrado por Adorno (2002, p. 71-72):

“(...) A repetição universal dos termos adotados pelas várias determinações torna estas últimas de qualquer modo familiares, como nos tempos do mercado livre, o nome de um produto em todas as bocas promovia a sua vendagem. A repetição cega e a rápida expansão de palavras estabelecidas unem a publicidade à palavra de ordem totalitária. A camada de experiência que fazia das palavras as palavras dos homens que as pronunciavam está inteiramente achatada, e mediante a rápida assimilação, a língua assume uma frieza que, até então, só caracterizava as colunas publicitárias e as páginas de anúncio dos jornais. Infinitas pessoas usam palavras e expressões que ou nem mesmo mais compreendem, ou que só empregam segundo o seu valor behaviorista de posição, como símbolos protetores que se fixam tanto mais tenazmente aos seus objetos quanto menos ainda se está em grau de compreender o seu significado linguístico.”

A Indústria Cultural, então, atua de forma ideológica, impondo um conformismo ao fazer uma adequação entre indivíduo e sociedade. Esse conformismo se constrói através de uma infantilização dos adultos, que faz com que, assim como as crianças, eles aprendam através da mimese. Logo, lhes são oferecidos produtos audiovisuais que não exigem raciocínio, apenas uma identificação automática, o que os conforma a um estado pré-reflexivo de um aprendizado reduzido à repetição e imitação. Assim sendo, a Indústria Cultural se apropria de nosso esquematismo transcendental ao oferecer as representações sobre o mundo de forma finalizada, forma esta que exige dos indivíduos somente a repetição e impede um pensamento transcendente à aparência da realidade. Com isso, reafirma o status quo por meio de uma incessante repetição. Portanto, os *tropes* devem ser vistos como uma tendência da forma mimética pela qual a Indústria Cultural se constrói, ou seja, pela redução dos antagonismos e a conformação tanto da realidade quanto de suas representações à fórmulas unidimensionais. Destarte, a Indústria Cultural se torna um dos principais aparelhos ideológicos do capitalismo ao cumprir a função de construir industrialmente a imagem do ser social negro. A fábrica retira a mais-valia da massa de trabalhadores negros, o Estado os mata ou os encarcera e a Indústria Cultural legitima tais práticas.

Ainda, tanto nas teorias racialistas quanto nos meios de comunicação em massa, existe a associação, manifesta ou inconsciente, entre negros e criminalidade. O autor Slavoj Žižek, influenciado por Lacan, utiliza o conceito de “Grande Outro” em seu sentido político, como uma “fantasia ideológica” (ŽIŽEK, 2005) que tem por finalidade criar a imagem pseudo-concreta de um inimigo no qual se deposita toda a frustração social, a fim de desviá-la do que gerou as próprias contradições que influenciam sua insatisfação (a economia política). Diante disso, pode-se inferir que com os *tropes* existe a construção de um “Grande Outro” racial, no qual problemas sociais, como a criminalidade ou as ondas de violência, são associadas a um inimigo a se combater – os negros –, o que impede uma digressão analítica que aborde esses problemas em sua complexidade. O fim desse processo é a impossibilidade de que a crítica chegue às contradições da própria estruturação desigual do mundo do capital. Segundo Žižek (2005, p. 51):

“A fantasia ideológica é um cenário imaginário que permite ocultar o antagonismo sobre o qual se funda qualquer campo social. Em outras palavras, a fantasia “administra” o conflito ao localizar sua causa em uma fração de alteridade construída ideologicamente como um objeto: os negros, os imigrantes, os judeus etc.”

A fim de esclarecimentos, é preciso afirmar que existe uma grande oposição na forma como a literatura e, posteriormente, os meios de comunicação em massa representaram historicamente os brancos (sobretudo europeus e americanos) e os negros (sobretudo africanos). O romantismo, gênero burguês por excelência, tem como uma das suas características destrinchar os aspectos mais sutis do indivíduo, centralizando suas questões pessoais (vida privada) em detrimento das grandes questões sociais e políticas (vida pública). Essa corrente conferiu ao homem branco europeu o direito à individualidade. Entretanto, o avesso foi conferido ao negro africano. No lugar das grandes narrativas da vida privada, a estes foram conferidas narrativas tropológicas que reduzem suas áreas de atuação à imagens pejorativas

moldadas no inconsciente coletivo. A focalização de um indivíduo e de seus dilemas existenciais gera uma sensibilização entre este e o telespectador. A partir disso é possível compreender a relação entre a forma narrativa pela qual um indivíduo é representado e a relação de empatia ou repulsa que se espera gerar em quem assiste. Sendo assim, seria improvável, até demasiadamente inocente, esperar que ao mesmo tempo em que o Ocidente instaurava uma política neocolonial repressiva em África, produzisse filmes que incentivassem a sensibilização para com o negro africano. Quanto mais repressiva a ação política a um Outro, mais se faz necessário a quebra da sensibilização e da humanização com esse mesmo Outro. Sobre essa representação dos negros, Shohat e Stam (2006, p. 286), utilizando os escritos de David Bogle, identificam os principais estereótipos disseminados por Hollywood:

“1. o empregado servil (que remonta ao Pai Tomás, o protagonista de A cabana do Pai Tomás);

2. O negro ingênuo, um tipo que se subdivide em dois -a figura do palhaço inofensivo, de olhos esbugalhados, e o filósofo simplório, mas simpático;

3. o "mulato trágico", em geral uma mulher, vítima de herança racial dupla, que tenta "passar por branca" em filmes como O que a carne herda ou Imitação da vida; ou o mulato demonizado, ambicioso e pouco confiável, como o Silas Lynch de O nascimento de uma nação;

4. a “Mammy”, a figura feminina da empregada gorda, falante, mas de bom coração que serve para reunir os outros membros da casa, como Hattie McDaniel de ...E o vento levou.

5. O negro brutal e hipersexualizado, uma figura ameaçadora que era comum no teatro e cuja personificação mais famosa é Gus, de O nascimento de uma nação, e que Georg Bush ressuscitou para propósitos eleitorais na figura de Willie Horton.”

Pode-se argumentar contrariamente à tese central desse artigo com a afirmação de que a associação entre negros e bandidos provém do fato destes estarem, estatisticamente, mais ligados a casos de criminalidade, e não porque existam estruturas materiais que forjam o imaginário social. Porém, esse argumento é um subproduto de uma ciência positiva que trata a realidade como sendo neutra e inquestionável, reduzindo-a a parâmetros de calculabilidade e previsibilidade, usando a aparência dos "fatos do real" e desprezando qualquer análise que faça uma digressão que ultrapasse o aparente ou manifesto. Esse tipo de argumentação é posto em dúvida no momento em que se muda o agente da ação, a saber: a corrupção política é vista como um dos grandes problemas do país, sendo que, estatisticamente, a maior parte dos políticos são das categorias “homem” e “branco”, sem que com isso exista uma associação no imaginário social entre corrupção e homens brancos. Isso se dá porque os crimes cometidos por pessoas brancas são individualizados e moralizados, tratados como cometidos por indivíduos moralmente desviantes que ocasionalmente são brancos (não existe associação entre o ato e a característica racial de quem o comete). Por outro lado, os atos criminosos cometidos por negros são socializados a todo o grupo racial, criando uma expectativa de que ele seja repetido por outros entes sociais com as mesmas características fenotípicas. Logo, a suposta realidade explicitada pelos dados estatísticos é altamente instrumentalizada e transformada em discursos ideológicos de legitimação de preconceitos sociais. Um exemplo disso é demonstrado por Alexander (2017, p. 168):

“Em 1995 foi realizada uma pesquisa de opinião que perguntava o seguinte: "Você poderia fechar seus olhos por um tempo, imaginar um usuário de drogas e descrever essa pessoa pra mim?". Os resultados chocantes foram publicados no Journal of Alcohol and Drugs Education [Jornal de Educação em Álcool e Drogas]. Noventa e cinco por cento das pessoas que responderam imaginaram um usuário de drogas negro, enquanto apenas 5% imaginaram pessoas de outros grupos raciais. Esses resultados contrastam nitidamente com a realidade dos crimes de drogas nos Estados Unidos. Afro-americanos constituíam apenas 15% dos usuários de drogas em 1995 e constituem mais ou menos a mesma porcentagem hoje. Os brancos constituíam a vasta maioria dos usuários de drogas naquela época (e hoje), mas quase ninguém pensou em uma pessoa branca quando convidado a imaginar um usuário de drogas. O mesmo grupo de pessoas também imaginou negro o típico traficante de drogas.”

Como mostrado anteriormente, os *tropes* operam na criação de imagens fixas que associam, inconscientemente, conceitos pejorativos, como “crime”, a um grupo social específico, como “negros”, de forma que mesmo que pessoas sejam verdadeiramente contrárias ao racismo ainda sejam vítimas dessas imagens arquetípicas sobre a população negra. Entretanto, ao nível consciente, existe uma resistência e uma luta por hegemonia imagética na qual os estereótipos midiáticos entram em confronto com a realidade prática, o que abre a possibilidade de negá-los. A grande mídia nacional cria um discurso sobre o que os negros são, mas o contato com estes pode nos fazer confrontar esse discurso.

Feito isso, uma nova problemática é introduzida: a construção do imaginário social sobre um Outro que nos é distante espacialmente. A falta de contato com um determinado país ou população cria um vácuo de imagens sobre os mesmos, de forma que, para ser preenchido, se recorre às representações midiáticas. O problema, aqui, se dá porque a “realidade” sobre os negros já é apresentada sob os filtros ideológicos e imagens tropológicas de quem as conta. Assim, as associações inconscientes somadas ao nível consciente – no qual é possível resistir a imagens que não temos controle a nível inconsciente – e à falta de contato prático (que poderia gerar contra-imagens) tornam a tomada de consciência ainda mais difícil de ser realizada. Logo, tanto o inconsciente quanto o consciente são moldados pela repetição de associações midiáticas, de forma que os *tropes* deixam de somente falar sobre uma realidade, para se “transformarem” na própria realidade de algo. Segundo Eagleton (1997, p. 62):

“Acredita-se, com frequência, que as ideologias bem-sucedidas são aquelas que tornam suas crenças naturais e auto-evidentes -fazendo-as identificar-se de tal modo com o 'senso comum' de uma sociedade que ninguém sequer imaginaria como poderia chegar a ser diferentes. Esse processo, que Pierre Bourdieu chama de doxa, leva a ideologia a criar um ajuste tão perfeito quanto possível entre ela e a realidade social, fechando assim a brecha na qual a alavanca da crítica poderia ser introduzida.”

Esse “vácuo imagético” sobre o “Outro” foi profundamente instrumentalizado pela Indústria Cultural para a disseminação de imagens tropológicas sobre a África no período colonial. O cinema foi criado e popularizado no mesmo período do século XX em que a Europa desenvolvia uma política imperialista nos continentes africano e asiático. Essa política econômica, contudo, não operou somente com ações repressivas nas regiões colonizadas, mas também com a construção de representações ideológicas que legitimassem suas práticas. Diante disso, as ficções cinematográficas se transformaram em um aparelho ideológico extremamente eficaz para a construção do imaginário social ocidental sobre o território e populações africanas, sendo esse condizente aos interesses políticos e econômicos das metrópoles. Em *Crítica da Imagem Eurocêntrica* (2006), Ella Shohat e Robert Stam, trazem uma série de filmes que demonstram a disseminação dos *tropes* sobre africanos pelo cinema: alguns produzidos no período colonial- como *Le Mussulman Rigolo* (1902), *Rastus in Zululand* (1910), *Trader Horn* (1931), *Sanders of the River* (1935), *Rhodes of Africa* (1936), *The Greath Barrier* (1936), *As minas do rei Salomão* (*King Saloman's Mines*, 1937), *Drums* (1938), *The Four Feathers* (1939) e *As aventuras de Stanley e Livingstone* (1939), *Trader Horn* (1931); outros produzidos posteriormente ao fim do colonialismo- como *Les Belles Nuits* (1952), *Os homens preferem as loiras* (*Gentlemen Preferer Blondes*, 1953), *O homen que sabia demais* (*The Man Who Knew too Much*, 1956), *Watusi* (1959) e *Selvagens cães de guerra* (*The Wild Geese*, 1978).

“O cinema surgiu no exato momento em que o entusiasmo pelo projeto imperialista ultrapassou as fronteiras das elites em direção às camadas populares graças, em parte, aos romances e exposições destinadas às massas. Para os trabalhadores europeus e da Euro-América, guerras fotogênicas travadas em remotas partes do império tornaram-se divertimentos, e serviram para “neutralizar a luta de classes e transformar a solidariedade entre as classes sociais em solidariedade nacional e racial”. (SHOHAT; STAM, 2006, p.142)”

Diante do papel do cinema no período colonial, é necessária a análise de um tipo específico de trope: o “tropa da infantilização”. Na história do pensamento político, percebe-se uma correlação entre a forma como os autores descrevem as características dos seres humanos e o a forma como o Estado deve se portar diante desses. Thomas Hobbes (1774), através da descrição do estado de natureza, descreve o homem, antes do conhecimento das leis, como um ser irracional e egoísta que vivia em “uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens” (HOBBS, 1774, p. 75). John Locke (1774), ao contrário,

fazendo jus a seu posicionamento liberal, descreve o ser humano como um ser racional, que já possuía os direitos naturais no estado de natureza, sendo o contrato social, portanto, uma forma de garantia desses direitos já existentes em potência. No primeiro caso, em resposta a uma natureza irracional dos humanos, há a necessidade da criação de um Estado extremamente centralizado e tutelar. No segundo, essa tutela se torna dispensável diante das características da natureza humana (podendo, assim, justificar a liberdade do mercado diante do Estado). Sendo assim, tanto mais se constrói uma imagem de desordem, irracionalidade e barbaridade relacionada aos indivíduos, mais se legitima a necessidade de tutela sobre esses, o que constitui uma estratégia argumentativa que envolve os *tropes* e o colonialismo em África.

Noam Chomsky, em *Mídia: propaganda política e manipulação*, define estratégias de manipulação de massas utilizadas pela mídia. Uma delas é a chamada “construção da opinião”, denominada de “problema-reação-solução” por Sylvain Timsit (2002), na qual se constrói uma problemática, espera-se que as pessoas reajam diante dela e, após, uma solução que aparenta resolver esse conflito é apresentada. Segundo o autor, “é necessário, também, instigar a população para que apoie aventuras externas”. (CHOMSKY, 2013, p. 15) A construção imagética de uma África infantil, agressiva e “bárbara”, criava um problema ao imaginário social europeu que já continha em si a solução: a colonização como forma de proteção ao continente africano. Assim, foi criada, através de narrativas tropológicas – como no filme *As minas do rei Salomão (King Solomon's Mines, 1937)* –, a imagem de uma África negra, feminina e infantil que seria “salva” por um europeu branco, homem e adulto. Se tem, portanto, outro exemplo de uma ação repressiva do capitalismo (o neocolonialismo) sendo legitimada por uma construção ideológica de uma África que precisa de proteção de um adulto externo.

“Essa “infantilização” da diferença é uma estratégia comum de representação entre homens e mulheres. As atletas ainda são normalmente chamadas de “meninas”, e só muito recentemente muitos brancos do Sul dos Estados Unidos pararam de se referir aos negros adultos como “Boy!” (menino!), enquanto a prática ainda persiste na África do Sul. (HALL, 2016, p. 198)”

Isso esclarecido, é possível passar ao foco da parte final do presente trabalho: a relação entre a construção imagética sobre o negro e a imposição da ética do trabalho pelo capitalismo em vários momentos históricos. Com isso, os *tropes* precisam operar de forma a equilibrar uma contradição causada pela dinâmica econômica: é necessário criar padrões fixos de imagens que operem como uma ferramenta ideológica que justifique a exploração, ao mesmo tempo em que a flexibilidade e mudança dos interesses econômicos impõem uma mudança constante nesses padrões narrativos, fazendo com que um tipo de *trope* sobreponha-se a outro, ou então que coexistam num mesmo período histórico. Portanto, por mais que os *tropes* forneçam narrativas fixas, essas são alteradas historicamente, sem deixar, contudo, de serem igualmente totalizantes e ideológicas. Sobre isso, argumenta Stuart Hall (2016, p. 200):

“O problema é que os negros estão presos a *estrutura binária* do estereótipo, a qual está dividida entre dois extremos opostos, e são obrigados a *ir e voltar interminavelmente entre um e outro*, muitas vezes sendo representados como *os dois ao mesmo tempo*. Assim, os negros são “infantis” e “supersexuados”, da mesma forma que os jovens negros são “Sambos simplórios” e/ou “selvagens astutos e perigosos” e os homens mais velhos são ‘bárbaros’ e/ou ‘nobres selvagens’ (pai Tomás).”

Sendo assim, como primeiro exemplo da relação entre os *tropes* e a imposição do trabalho há a utilização do darwinismo social como um instrumento político em África. A política colonial iniciada no século XIX no continente africano impôs uma administração, como tratado por Frantz Fanon (2005), na qual a violência era a única linguagem – e a partir desta é que se constituía a cisão entre colonizado e colonizador, assim como a relação entre ambos também era mediada e organizada por meio da violência. Essa prática coercitiva, entretanto, a fim de se manter-se a longo prazo, precisou construir um discurso que legitimasse suas ações. Para isso, criou um Outro que carregava toda a imagem negativa, o “indígena”, associando a esse uma imagem de barbaridade e falta de civilidade. Logo, defende-se uma ideia de purificação desses “indígenas” que não mais seria feita através da religião e da educação, como era o discurso do período escravista, mas através da inserção desses indivíduos à lógica do trabalho. Nota-se que o trabalho foi visto como um meio necessário para retirá-los de sua situação tida como gregária. Com isso, utilizou-se a construção imagética sobre o negro africano como meio de justificar a exploração da mão de obra pelas

potências capitalistas, assim como pelas concessionárias e empresas privadas que tinham permissão para administrar determinados territórios no continente.

“O argumento de que o negro precisava de forte supervisão de um estado civilizado antes de poder embarcar no "curso natural" da racionalidade do mercado ajudou os poderes europeus a conceberem-se a eles próprios como imperialistas progressistas na conquista da África no fim do século XIX. A África vista como um continente onde reinava a escravidão -oprimido e mantido fora do caminho da civilização, do Cristianismo e do comércio pelos seus próprios tiranos- foi a imagem central da propaganda missionária, e mais tarde a base fundamental do argumento imperialista. (COOPER, 1996 apud MABEKO-TALI, 2013, p. 764)”

Posteriormente, dentro dessa mesma relação entre imagem-ética do trabalho, têm-se a criação das “leis de vadiagem” em países como Brasil e Estados Unidos. A transição do trabalho escravista para o industrial gerou duas grandes problemáticas ao poder econômico: como reconstruir a economia após a mudança de sua base de trabalho e a necessidade de reinserção dos negros no sistema produtivo para que essa reconstrução se efetivasse. Diante desses interesses econômicos, existe a construção da mitologia do negro criminoso, representada em filmes como “*O nascimento de uma nação*”, no qual aparece a estratégia denominada por Noam Chomsky como “representação como realidade”. Esta tem como objetivo “passar a impressão de que quando atacamos e destruimos alguém, na verdade estamos nos protegendo e nos defendendo de agressores e monstros perigosos, e assim por diante” (CHOMSKY, 2013, p. 17). Logo, esse tropo de agressividade não só associa negros a assassinatos e furtos, como associa tais atos a estarem fora da lógica do trabalho, sendo sua inserção, portanto, algo que deve ser imposto pelo Estado sob pena de serem presos. Com isso, essa construção imagética serviu duplamente ao sistema econômico: de um lado, impunham aos negros o emprego formal e este era utilizado para a reconstrução da economia; de outro, quando se negavam ou não conseguiam adquirir esse emprego, eram encarcerados – o que também fazia com que o trabalho fosse instrumentalizado pelas empresas privadas como forma de gerar capital. Segundo Michelle Alexander (2017, p. 69):

“Nove estados sulistas adotaram leis de vadiagem -que essencialmente transformaram não trabalhar em um crime e eram aplicadas seletivamente aos negros-, e oito desses estados aprovaram leis permitindo a contratação de prisioneiros do condado por latifundiários e empresas privadas. Os prisioneiros eram forçados a trabalhar por um pagamento ínfimo ou mesmo sem pagamento. Um dos decretos contra a vadiagem previa especificamente que "todos os pretos e pardos acima de dezoito anos" deveriam obter, no início de cada ano, uma prova escrita que tinham um emprego. Aqueles pegos sem um emprego formal eram julgados vadios e então condenados. Claramente, o propósito dos códigos negros em geral e das leis de vadiagem em particular era estabelecer outro sistema de trabalho forçado.”

Ademais, como terceiro ponto dessa correlação, há a “Guerra às Drogas”. Esta política de combate à venda e ao uso de narcóticos foi iniciada nos anos 1970 pelo presidente Richard Nixon, e constitui um dos melhores exemplos para demonstrar a relação entre a mídia, o racismo e o poder econômico. A Guerra às Drogas foi um projeto extremamente bem estruturado de construção da opinião pública através de três atos: a criação de um problema, a construção do agente do problema e a solução para o problema. Com isso, como meio de legitimar os altos investimentos estatais nessa guerra foi necessário, primeiramente, que as pessoas vissem tal ação como necessária. Na efetivação desta política, a mídia foi um meio indispensável. Prova disso é que o uso de drogas não era visto como um grande problema para a população quando essa política se iniciara, então, para que esse uso se transformasse em peça central do discurso público, houve uma demanda intensa de propagandas que estimulassem a opinião pública. A peça chave dessa construção foi a utilização de Nancy Reagan como grande figura ideológica:

“Em 1985, como parte de um esforço estratégico para construir o apoio público e legislativo à guerra, o governo Reagan contratou uma equipe para dar publicidade à emergência do crack. A campanha midiática foi um extraordinário sucesso. Praticamente de uma noite para o dia, a mídia estava saturada de imagens de "putas do crack", "traficantes de crack" e "bebês do crack" -imagens que pareciam confirmar os piores estereótipos raciais a respeito de moradores das regiões empobrecidas dos centros das cidades. O estardalhaço midiático feito em torno da "nova guerra

demoníaca" ajudou a catapultar a Guerra às Drogas de ambiciosa política federal a guerra efetiva. (ALEXANDER, 2017, p. 40)"

Além da criação de um problema aos olhos da opinião pública a fim de legitimar a guerra, foi necessária a construção do agente que personificaria esse problema. Para tal, ocorreu a intensificação dos *tropes* que associam negros à criminalidade, tendo nesse caso a especificidade da associação ao uso de crack. Como não se pode prender diretamente negros, como no período escravista, muda-se a estratégia ao fazer uma prisão indireta ao associar negros a um objeto e, após, criminalizar esse objeto, o que legitima ideologicamente essas prisões. A mídia, assim, por meio de incessantes repetições narrativas nos programas policiais, novelas, cinema, dentre outros meios, ajudou a consolidar no imaginário social a figura modelo da Guerra às Drogas: o homem negro usuário de crack. Como demonstração de que a associação imagética entre negros e criminalidade foi um instrumento ideológico da guerra, tem-se a fala de John Ehrlichman, chefe de política doméstica do presidente Richard Nixon, que revelou ao jornalista Dan Baum que:

"Na campanha presidencial do Nixon em 1968, e depois na Casa Branca, nós tínhamos dois inimigos: a esquerda anti-guerra e as pessoas negras. Entendeu? Sabíamos que nós não podíamos criminalizar quem era anti-guerra ou negro, mas convencendo a população a associar hippies à maconha e negros à heroína, e depois criminalizando fortemente os dois, poderíamos desestabilizar ambas as comunidades. Poderíamos prender seus líderes, invadir suas casas, impedir suas reuniões e caluniá-los todas as noites nos jornais noturnos. Sabíamos que estávamos mentindo sobre as drogas? Claro que sim. (Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/11/brasil-importa-politicas-de-seguranca-racistas-e-falidas-implantadas-nos-eua-do-seculo-passado/>>. Acesso: Junho, 2018)"

Por fim, tendo o problema e o agente construídos na opinião pública, cria-se um ambiente favorável para a construção de uma suposta solução. A Guerra às Drogas precisa ser analisada dentro de uma totalidade, relacionada aos interesses econômicos de sua construção. Essa política está diretamente relacionada à infraestrutura do encarceramento em massa, esta tendo sido acompanhada pelo intenso investimento do Estado na construção de presídios, principalmente na administração de Bill Clinton, que logo configurou-se em um intenso programa de privatização dos presídios, beneficiando diversas empresas privadas relacionadas à construção, administração e oferta de serviços para esses presídios, como a Securus Technologies, Aramarck, Corizon Healthcare e UNICOR. Essas empresas, portanto, utilizam o encarceramento em massa gerado pela Guerra às Drogas como forma de lucrar com a gestão da estrutura carcerária e, sobretudo, com a utilização da mão de obra dos presidiários. Essa prática, contudo, vem acompanhada de um discurso que lhe dê legitimidade. Segundo Terry Eagleton (1997), a ideologia não está somente no que se diz, mas no que se oculta no discurso, o que pode ser percebido no discurso sobre o trabalho nos presídios. As empresas privadas beneficiam-se do encarceramento utilizando o discurso de que através do trabalho os presos irão se ressocializar (retomando o discurso utilizado pelo imperialismo em África), como visto pela descrição da UNICOR em seu website.

#### **O que se diz:**

"As Indústrias da Prisão Federal são um programa correcional. Todo o ímpeto por trás do programa não está nos negócios. Em vez disso, é uma preparação para a libertação dos presos. Ajuda os criminosos a adquirir as qualificações necessárias para fazer, com sucesso, a transição da prisão para a sociedade, como membros respeitadores das leis e contribuintes. A produção de itens e prestação de serviços são meramente subprodutos desses esforços. (Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-set-13/fimde-trabalho-presos-eua-forte-controverso-nunca>>. Acesso em: Junho, 2018)"

Entretanto, por detrás desse discurso oculta-se o interesse do encarceramento de negros através da Guerra às drogas como um mecanismo de exploração da mão de obra, sendo um instrumento do sistema econômico para aumentar a extração da mais-valia relativa por meio do trabalho dos presidiários.

#### **O que se oculta:**

"Mas, por razões inseparavelmente financeiras e ideológicas, vários grupos de pressão política trabalham hoje pelo abrandamento das obrigações jurídicas e administrativas

que pesam sobre o trabalho carcerário de forma a (re)introduzir o salariado desqualificado de massa em empresas privadas operando no interior das prisões americanas (Wacquant, 1999:82-83). Colocar a maioria dos detentos no trabalho ajudaria a reduzir a "conta carcerária" do país e permitiria, de quebra, estender aos presos pobres o trabalho forçado (workfare) hoje imposto aos pobres "livres" como norma da cidadania. A década que se abre dirá se a prisão está destinada ao papel de simples anexo do gueto ou se ela se prepara para suplantá-lo e cavalgar sozinha tornando-se a quarta "instituição peculiar" dos Estados Unidos. (WACQUANT, 2003, p. 121)"

#### 4. Considerações Finais

Diante do exposto, pode-se concluir que a apropriação do racismo como forma de justificar a divisão social de classes e sua clivagem racial, assim como a utilização deste como necessário para legitimar práticas econômicas exploradoras, a fim de sustentar-se a longo prazo e garantir o apoio da opinião pública, constrói-se tanto pela via repressiva, quanto pelo seu correspondente ideológico. Assim, a morte e o encarceramento em massa de negros, realizados pelo aparelho repressivo de Estado, vêm acompanhados do uso dos aparelhos ideológicos de Estado, como a mídia, que moldam o imaginário social através de narrativas fixas sobre negros no mecanismo denominado *trope*. Este, através da repetição e apelo ao inconsciente, legitima tais práticas como sendo necessárias e inevitáveis, ocultando o interesse econômico por detrás dessas políticas/ repressivas. Portanto, os *tropes* são um mecanismo ideológico que tem por finalidade construir a base de convencimento da exploração dos negros pelo sistema capitalista.

Os *tropes*, entretanto, devem ser analisados de forma dialética, compreendendo sua íntima relação com o aparelho repressivo de Estado, ao mesmo tempo em que se faz necessário criar uma relação de semi-autonomia entre ambos. Essa relação não se dá porque a política repressiva pode em algum momento abandonar qualquer base ideológica que lhe dê sustentação, mas porque essa base é mutável de acordo com os períodos históricos e interesses econômicos. Dessa forma, a estruturação ideológica pelos *tropes* deve ser vista como algo histórico e substituível, não como uma estrutura fixa e a-histórica, podendo ser renovada por outra forma de construção de legitimidade, sem fazer, contudo, com que o cerne da violência desapareça.

Portanto, essa ideia de semi-autonomia é essencial como um mecanismo para evitar a apropriação da luta política pelo próprio sistema. Diante disso, uma luta contra o racismo deve compreender o papel dos *tropes* sem centralizar sua ação numa luta reformista contra a imagem que a mídia constrói sobre negros – como marcada por movimentos sociais que se limitam à demanda por mudança na representatividade negra pelos meios de comunicação em massa. O capitalismo tem como objetivo a reprodução do capital, mas, entretanto, as formas como a faz são altamente flexíveis e mutáveis, fazendo com que ele possa acatar as demandas dos movimentos identitários e reconstruir a imagem sobre os negros que produz no imaginário social, ao mesmo tempo em que, de forma cínica, continue lucrando com a morte e o encarceramento de negros. Logo, deve-se reconhecer a importância da produção tropológica ao mesmo tempo em que se compreende não tratar de uma luta contra a forma que o capitalismo, através de seus meios de comunicação em massa, representa os negros, mas de uma luta contra o capitalismo e o racismo em sua totalidade.

#### Referências Bibliográficas:

ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**; seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida; Tradução: Julia Elisabeth Levy... [et al.]. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Palavras e sinais: modelos críticos** 2. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1995, pp. 70-82.

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**; Tradução: Pedro Davoglio; revisão técnica e notas Silvio Luiz de Almeida. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.



ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.113-14.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Paginação irregular.

DU MARSAIS. **Traité des tropes, pour servir d'introduction à la rhétorique et à la logique**. Leipsic: Veuve Gaspard Fritsch, 1757.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução; Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FANNON, Franz. Sobre a violência. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005, p. 49-113.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org). **Discurso e Mídia**. A Cultura do Espetáculo. Coleção Olhares Oblíquos. Claraluz Editora: 2003.

HALL, STUART. **Cultura e representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HAMILTON, Charles; STOKELY, Carmichael. **Black power: the politics of liberation in America**. New York, Vintage, 1967.

HOBBS, Thomas de Malmesbury, **Leviatã**. Os Pensadores. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1974.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo**. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo: Ática, 1997.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1974.

LOÏC, Wacquant. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

LÓPEZ, L.C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

MABEKO-TALI, Jean-Michel. Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês. **Vária História**. Belo Horizonte, Vol. 29, nº 51, p. 745-770, set/dez 2013.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. São Paulo: EDIPRO, 2015.

Marx, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MELO, João Ozorio de. **Trabalho de presos nos EUA está mais forte e controverso do que nunca**. Consultor Jurídico, 2014. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-set-13/fimde-trabalho-presos-eua-forte-controverso-nunca>>. Acesso em 24 de Jun. 2018.

MESZAROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLLIVEIRA, Cecília. **Brasil imposta políticas de segurança racistas e falidas implantadas nos EUA do século passado**. TheIntercept\_Brasil, 2016. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/11/brasil-importa-politicas-de-seguranca-racistas-e-falidas-implantadas-nos-eua-do-seculo-passado/>>. Acesso em 24 de jun. 2017.

SHOHAT, Ella & STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**: multiculturalismo e representação. Tradução Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naif, 2006.

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Insular, 2013.

WALKER, Alice. **Prisoners of Image**: Ethnic and Gender Stereotypes. Nova York: Alternative Museum, 1989.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2 ed. São Paulo, Editora da USP, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o Capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. **ZizeK crítico**: política e psicanálise na época do multiculturalismo. São Paulo: Hacker Editores, 2005.